

Tecidos feministas de Abya Yala: Feminismo Comunitário, Perspectiva Decolonial e Educação Intercultural

*Susana Sacavino*¹

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Resumo

O feminismo comunitário nasce nos inícios do século XXI. É um movimento social presente atualmente em vários países do continente americano. Tem a sua origem nas lutas de resistência contra o sistema capitalista, patriarcal e colonial das mulheres indígenas frente às práticas sistemáticas de violação de seus direitos, dos de suas comunidades e povos, assim como dos direitos da natureza e da exploração selvagem dos recursos naturais. Trata-se de um movimento com forte cunho político.

O artigo começa por apresentar as origens do feminismo comunitário e, num segundo momento, considerado a parte central do texto, realiza uma leitura dos principais enfoques e características do feminismo comunitário desde uma perspectiva decolonial e assinala algumas de suas contribuições para a educação intercultural, tendo como referência o mapa conceitual desta expressão construído pelo Grupo de Estudos sobre Cotidiano, Educação e Cultura/s (GECEC) do Departamento de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Finalmente, no terceiro momento, são tecidas algumas considerações finais, ficando o tecido aberto, porque o movimento como a vida das

1. Doctora en Educación por el Departamento de Educación de la PUC-Río (Brasil). Directora de la Revista Latinoamericana Novamerica - Nuevamerica y de la organización no gubernamental Novamerica. Coordinadora del Observatorio virtual Educación en Derechos Humanos en Foco. Investigadora asociada al Grupo de Estudios sobre Cotidianeidad, Educación y Cultura/s (GECEC) del Departamento de Educación de la PUC-Río. Asesora de proyectos socioeducativos en el país y en el ámbito latinoamericano. Principales áreas de actuación: educación en derechos humanos, educación y ciudadanía, derechos humanos e interculturalidad, formación de educadores, prevención de la violencia escolar y del bullying. Correo: s.sacavino@novamerica.org.br

mulheres que o integram e a de seus povos e territórios se constrói nas lutas, nos embates e nas resistências cotidianas na defesa de uma vida digna e com reconhecimento dos direitos de todas e todos.

Palabras claves: mapa conceitual; decolonialidade; movimentos indígenas; epistemologias do Sul; educação descolonizadora; patriarcado

Tejidos feministas de Abya Yala: Feminismo Comunitario, Perspectiva Decolonial y Educación Intercultural

Resumen

El feminismo comunitario nace en los inicios del siglo XXI, es un movimiento social presente actualmente en varios países del continente americano. Tiene su origen en las luchas de resistencia contra el sistema capitalista, patriarcal y colonial de las mujeres indígenas frente a las prácticas sistemáticas de violación de sus derechos, de los de sus comunidades y pueblos, de los derechos de la naturaleza y de la explotación salvaje de los recursos naturales. Se trata de un movimiento con fuerte cuño político.

El artículo comienza presentando los orígenes del feminismo comunitario, para en un segundo momento, considerada la parte central del texto realizar una lectura de los principales enfoques y características del feminismo comunitario desde una perspectiva decolonial y algunas de sus contribuciones para la educación intercultural, tomando como referencia el mapa conceptual de esta expresión construido por el Grupo de Estudios sobre Cotidiano, Educación y Cultura/s (GECEC) del Departamento de Educación de la Pontificia Universidad Católica de Río de Janeiro. Finalmente, en el tercer momento se tejen algunas consideraciones finales dejando el tejido abierto porque el movimiento como la vida de las mujeres que lo integran y la de sus pueblos y territorios se construye en las luchas, en los embates y en las resistencias cotidianas en la defensa de una vida digna y con el reconocimiento de los derechos para todas y todos.

Palabras claves: mapa conceptual; decolonialidade; movimentos indígenas; epistemologías del Sur; educación descolonizadora; patriarcado

Abya Yala feminist tissues: Communal Feminism, Decolonial Perspective and Intercultural Education

Abstract

The communal feminism was born in the beginning of the 21th century. It's a social movement that is present in several countries of the American continent. It has its origins in the fights of resistance of the indigenous women against the colonial patriarchal capitalist system before the systematical practices of violation of their rights, the rights of their communities and peoples, as the violation of the nature rights and the savage exploitation of the natural resources. It's a movement with a strong political angle. The article begins introducing the origins of the communal feminism. In the second part, considered as the main part of the text, it carries out a reading of the principal focus and characteristics of the communal feminism from a decolonial perspective. It also points out some of the communal feminism contributions to the intercultural education, having as reference the conceptual map of its expression, constructed by the Group of Studies about Daily, Education and Culture/s (GECEC) of the Department of Education of Pontificia Universidade Católica of Rio de Janeiro. Finally, as a third moment, we 'weave' some final considerations, leaving the tissue opened, because the movement, as the lives of the women which are part of the movement and their peoples and territories, are built in the fights, in the confrontations, and in the daily resistances defending a decent life and with the recognition of everyone rights.

Keywords: conceptual map; docoloniality, indigenous movements, South epistemologies; decolonization education; patriarchy

O feminismo comunitário, que nasce nos inícios do século XXI, é um movimento social presente atualmente em vários países do continente americano. Tem a sua origem nas lutas de resistência contra o sistema capitalista, patriarcal e colonial das mulheres indígenas frente às práticas sistemáticas de violação de seus direitos, dos de suas comunidades e povos, assim como dos direitos da natureza e a exploração selvagem dos recursos naturais. Trata-se de um movimento com forte cunho político. Suas ações emergem de diferentes perspectivas e posicionamentos, denunciam as consequências que o colonialismo, o patriarcado e o modelo de desenvolvimento capitalista imposto pelas políticas neoliberais de depredação da natureza têm para suas vidas e a de seus povos.

Apresentam visões e construções próprias enfocando a sua luta desde a construção de direitos coletivos e não individuais, da comunidade como um lugar de identidade comum, de memória ancestral, de espaço particular, terra e território, comparado como um corpo que tem uma parte homem, uma parte mulher e uma parte transgênero, relacionados por um princípio de reciprocidade. Denunciam que o patriarcado faz com que esse corpo-comunidade se construa e caminhe desequilibrado, com dominação, imposição e hierarquias, que causam violências tanto para as mulheres como para a natureza - a terra.

A partir desses enfoques, na última década os feminismos comunitários indígenas têm problematizado conceitos tais como, patriarcado, território, corpo, violência estrutural, colonialidade, entre outros, e o entendimento do próprio feminismo, criando novos enfoques epistêmicos desde o Sul. Colocando em evidência o que explicita Quijano (2005, p. 117), que a globalização atual é a culminação de um processo que começou com a constituição da América e do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado como um novo padrão mundial de poder. Um dos eixos fundamentais desse padrão de poder é a classificação social da população mundial de acordo com a ideia de raça, uma construção mental que expressa a experiência básica de dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo a sua racionalidade específica, o eurocentrismo. Esse eixo tem, portanto, origem e caráter colonial, mas provou ser mais duradouro e estável que o colonialismo em cuja matriz foi estabelecido. Implica, como consequência, um elemento de colonialidade no padrão de poder hoje hegemônico.

Neste texto, nos centramos nesses tecidos que consideramos que enfrentam e, nas brechas, desconstruem esse padrão de poder hegemônico da colonialidade. Tecidos que vêm sendo realizados pelas mulheres indígenas criadoras do feminismo comunitário de Abya Yala, expressão que no idioma do povo Kuna do Panamá, em especial na América do Sul, é utilizada pelos movimentos indígenas para referir-se à América por considerar esta uma nomeação colonial. Consideramos que as propostas deste movimento social trazem contribuições para a educação intercultural desde uma perspectiva decolonial, essa é a tese que defendemos neste artigo e desde esta perspectiva nos situamos.

O texto está construído tecendo três fios, primeiramente apresenta as origens do feminismo comunitário; num segundo momento, que consideramos como a parte central do texto, realizamos uma leitura dos principais enfoques e características do feminismo comunitário e suas contribuições para a educação intercultural, tendo como referência para a leitura a definição de educação intercultural e o mapa conceitual construídos pelo GECEC. Finalmente, no terceiro momento tecemos algumas considerações finais deixando o tecido aberto porque o movimento, como a vida das mulheres que o integram e a de seus povos e territórios, se constrói nas lutas, nos embates e nas resistências cotidianas na defesa de uma vida digna e com o reconhecimento dos direitos para todas e todos.

Origens do feminismo comunitário

Segundo Paredes, uma de suas fundadoras, o feminismo comunitário nasce na Bolívia, no ano 2003, nos movimentos de insurreição das mulheres na luta contra o neoliberalismo e a privatização da água e a guerra do gás. Nesse momento, se inicia a “Asamblea Feminista” como espaço de reflexão do feminismo e da revolução, que posteriormente vai dar origem ao que é hoje o feminismo comunitário. As participantes tinham um acumulado de ativismos, reflexões e lutas feministas de mais de vinte anos no país, especialmente as que pertenciam ao grupo “Mujeres Creando Comunidad” que passam a integrá-la. Atualmente, o feminismo comunitário indígena é um movimento organizado que enriquece e amplia as lutas feministas nas terras de Abya Yala, no que, de acordo com a mesma autora, *qualquer mulher, que se comprometa, se organize conosco, se entregue a essa causa e deixe seus privilégios, pode ser feminista comunitária ou pode usar a produção política e conceitual para o seu ativismo ou análise* (2016 p. 1).

A concepção da luta, desde uma visão orgânica e articuladora, tem contribuído para que, atualmente, o feminismo comunitário ultrapasse os limites da “Asamblea del Feminismo Comunitario de Bolívia” e o movimento se desenvolva em outros países da América Latina e o Caribe, sendo chamado de “Feminismo Comunitario de Abya Yala” (FCAY). Alguns desses países são: a própria Bolívia, Chile, Argentina, México, Colômbia e Guatemala. Neste último país, o movimento tem um núcleo estratégico impulsionado pelas mulheres xincas do coletivo Amismaxaj, nas montanhas de Xalapán. Essas realidades diversas permitem falar de feminismos comunitários em plural, porque cada um desses grupos enriquece, desde o seu local, com suas próprias realidades e experiências singulares, o tecido de resistências que formam em conjunto. Os feminismos comunitários são movimentos de ação política, em contínua reconstrução que unificam as lutas pela despatriarcalização, a decolonialidade e o antineoliberalismo no contexto do mundo atual globalizado.

Nesse sentido, entendemos que esses movimentos se colocam e contribuem para a construção da interculturalidade crítica que, de acordo com Walsh (2007, p. 7-8), significa uma construção de e desde os grupos/comunidades que têm sofrido uma história de submissão e subalternização. Uma proposta de um projeto político que também pode implicar uma aliança com pessoas e grupos que, de igual forma, buscam alternativas à globalização neoliberal e à racionalidade ocidental, e que lutam tanto para a transformação social, como para criar condições de poder, saber e ser muito diferentes. Pensada desta forma, a interculturalidade crítica não é um processo ou projeto étnico, nem um projeto da diferença em si mesma. É um projeto de existência, de vida plena para todos e todas.

A teoria política e as ciências sociais, em geral, acreditaram que a independência dos países da América Latina teria posto fim ao colonialismo sem reparar que, depois da independência, a colonialidade continua sob outras formas, como são as da colonialidade do ser, do poder, do saber e do meio ambiente.

Para Quijano (2007), a relação entre os povos ocidentais e não ocidentais esteve sempre mesclada com o poder colonial, com a divisão internacional do trabalho e com os processos de acumulação capitalista. Além disso, Quijano usa a noção de colonialidade e não a de colonialismo, por duas razões principais: em primeiro lugar, para chamar a atenção sobre as con-

tinuidades históricas entre os tempos coloniais e os chamados tempos pós-coloniais e, em segundo lugar, para assinalar que as relações coloniais de poder não se limitam só ao domínio econômico-político e jurídico-administrativo dos centros sobre as periferias, mas possuem também uma dimensão epistêmica, quer dizer, cultural (Castro-Gómez, S. e Grosfoguel, R., 2007 p. 19).

No enfoque das feministas comunitárias, a colônia não é mais que um dos instrumentos do patriarcado, como o são a escravidão, o liberalismo e o neoliberalismo. Afirmam que o sistema de morte que se chama patriarcado não é somente a opressão das mulheres nas mãos dos homens; isso seria uma visão muito simples. O patriarcado, para as feministas comunitárias, é o sistema de todas as opressões que oprimem a todo ser que vive no planeta e, por isso, a toda a humanidade (homens, mulheres e pessoas intersexuais) e à natureza, historicamente construído sobre o corpo sexuado das mulheres. Para as feministas comunitárias, o patriarcado precede à colonização, ou seja, algumas formas dele já estavam presentes nas culturas originárias. Um aspecto original do movimento é a unificação do enfoque e das lutas na defesa da terra e do corpo, já que concebem ambos espaços territoriais como lugar para a realização da vida em plenitude.

Nesse sentido, uma das categorias politicamente importante, criada pela feminista comunitária xinka guatemalteca Lorena Cabnal (2010 p. 11), é a de *território-corpo terra* com a qual enfrentam as lutas contra a exploração e o extrativismo mineiro promovidos pela implementação das políticas neoliberais no país. O corpo, nessa visão da categoria território-corpo terra, é considerado como o espaço que sofre as opressões (violências de todo tipo, pobreza, dominação, machismo, racismo, colonialidade, etc.), mas também como um espaço desde onde se pode realizar uma luta política transformadora por condições de vida digna.

Cabnal afirma, também, que o feminismo comunitário é uma recriação e criação de pensamento político ideológico feminista e cosmogônico, que surgiu para reinterpretar as realidades da vida histórica e cotidiana das mulheres indígenas, dentro do mundo indígena, mas também, para contribuir com a pluralidade de feminismos construídos em diferentes partes do mundo com a finalidade de ser parte da continuidade da resistência, transgressão e epistemologias das mulheres em diferentes espaços e temporalidades, para a abolição do patriarcado originário ancestral e ocidental (2010 p. 12).

Consideramos que os fios dos tecidos dos feminismos comunitários de Abya Yala se constroem nas brechas de resistências e insurgências possíveis ao sistema hegemônico, e que suas propostas e enfoques epistêmicos outros, desde seus próprios lugares de enunciação, criam conhecimentos e práticas desde o Sul. Tendo presente, como afirma Walsh (2016 p. 72), que o decolonial não vem de cima, mas de baixo, das margens e das fronteiras, das pessoas, das comunidades, dos movimentos, dos coletivos que desafiam, interrompem e transgridem as matrizes do poder colonial. O decolonial, neste sentido, não é algo fixo, um status ou condição, nem um ponto de chegada. Com esta visão de que o decolonial não é um ponto de chegada e sim um enfoque que se constrói com as práticas insurgentes, de resistência e de propostas outras e, nesse sentido, em consonância com a perspectiva dos feminismos comunitários é que nos aproximaremos no próximo item às contribuições deste movimento para a educação intercultural.

Contribuição do feminismo comunitário para a educação intercultural

Como já expressamos, no tecido deste artigo, um fio importante são as contribuições dos feminismos comunitários para a educação intercultural, tendo como pano de fundo a perspectiva decolonial.

Entendemos no GECEC que

A educação intercultural parte da afirmação da diferença como riqueza. Promove processos sistemáticos de diálogo entre diversos sujeitos -individuais e coletivos-, saberes e práticas na perspectiva da

afirmação da justiça -social, cognitiva e cultural-, assim como da construção de relações igualitárias entre grupos socioculturais e da democratização da sociedade, através de políticas que articulam direitos da igualdade e da diferença (Candau, 2013 p. 1).

Fazemos esta aproximação a partir desta definição e tomando como marco de referência da educação intercultural o mapa conceitual elaborado pela equipe do GECEC na pesquisa intitulada “*Interculturalidade e Educação na América Latina e no Brasil: saberes, atores e buscas*”, realizada no período de 2009 a 2012, tentando ler desde essas categorias as contribuições do feminismo comunitário. Esta pesquisa contou com o financiamento do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

Segundo Novack (1998), um mapa conceitual é um recurso esquemático que graficamente ajuda a representar um conjunto de significados conceituais incluídos em uma estrutura de proposições, que serve como ferramenta para organizar e representar conhecimentos e para a aprendizagem. O mapa conceitual permite identificar e representar relações entre diferentes conceitos numa área particular de conhecimentos (Arellano e Santoyo, 2009, p. 42).

A questão focal que orientou o trabalho do GECEC foi a pergunta: em que consiste a educação intercultural?

O passo inicial consistiu em definir categorias básicas que atualmente são parte de nossa proposta de concepção e prática de educação intercultural e são as seguintes:

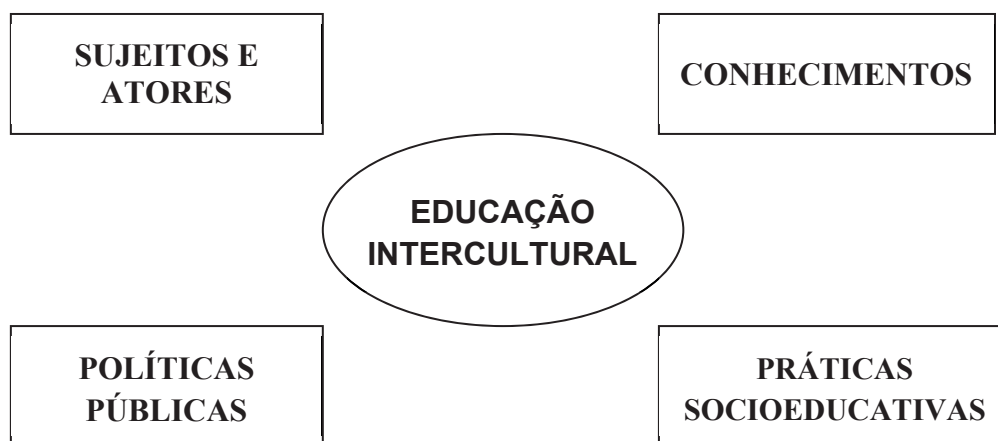


Figura 1. Educação Intercultural Categorias Básicas do Mapa Conceitual

Tendo presente as categorias básicas do mapa conceitual e as subcategorias de cada uma delas, passou-se a propor palavras de ligação entre elas. Estas articulações entre as categorias principais e as subcategorias estão dadas por ações como por exemplo: reconhece, constrói, valoriza, visibiliza, promove, fortalece, articula, estimula, potencializa, etc. (Anexo 1).

Tomando como referência o mapa conceitual sobre educação intercultural, a seguir fazemos uma leitura e articulação sintética das principais concepções do feminismo comunitário que consideramos que contribuem para as diferentes categorias do mesmo. Tomamos principalmente como referência o enfoque da autora aimara boliviana Julieta Paredes (2008) na sua obra “Hilando Fino Desde el Feminismo Comunitario”².

A primeira categoria, *sujeitos e atores*, se refere à promoção de relações tanto entre sujeitos individuais, quanto entre grupos sociais integrantes de diferentes culturas. A interculturalidade fortalece a construção de identidades dinâmicas, abertas e plurais, assim como questiona uma visão essencialista de sua constituição. Potencia os processos de empoderamento, principalmente de sujeitos e atores inferiorizados e subalternizados e estimula os processos de construção da autonomia num horizonte de emancipação social, de construção de sociedades onde sejam possíveis relações igualitárias entre diferentes sujeitos e atores socioculturais.

O primeiro aspecto a ser destacado desde esta perspectiva de ser sujeitas e atoras é desnaturalizar a invisibilidade ou a subalternidade das mulheres e tomar consciência da importância da mulher na configuração social. Uma afirmação importante, na visão de Paredes (2008 p. 1), é que nós mulheres somos a metade de cada povo. Esta é uma realidade que desde uma visão da colonialidade e patriarcal muitas vezes se invisibiliza e se ignora, relegando às mulheres a uma posição subalterna ou reduzindo o enfoque a um problema. Por exemplo, quando se pensa em fazer políticas públicas para indígenas, camponeses, setores populares e também para as mulheres. Como se as mulheres fossem um setor a mais junto dos outros, ignorando também seus outros pertencimentos, de mulher indígena, camponesa ou de setor popular. Ou

se trata às mulheres como problema da mesma forma que se pode resolver o problema da educação, da saúde e também o da mulher, especialmente desde o enfoque de visualizá-la vítima da violência. Estas são algumas formas de uso da linguagem que demonstram uma visão de acobertamento, como uma minoria subalterna sem muita importância. Nesse sentido, Paredes afirma;

As mulheres somos mais da metade da população boliviana e não somos nem uma minoria, nem um tema a tratar, nem um setor, nem um problema; *as mulheres somos a metade de todo*. Consideramos um erro gravíssimo negar o corpo e o sexo de quem formamos parte dos movimentos e organizações sociais, são nossos corpos de mulheres os que desde sempre, em inumeráveis marchas e ações, têm feito e construído a história de nosso país (p. 1).

Um segundo aspecto a ser destacado desde o olhar de constituição de sujeitas e atoras sociais é desconstruir o imaginário estético racista, preconceituoso e discriminador gerado pelo colonialismo histórico e o colonialismo interno que fere cotidianamente os corpos especialmente das mulheres indígenas ou com origens indígenas. Este imaginário estético e ético dos corpos define critérios de beleza, educação e uma relação com a vestimenta desde os padrões do branco ou de branqueamento e de classe média ocidental, identificando como belas, educadas e bem vestidas as pessoas identificadas com este padrão, e considerando as indígenas feias, mal-educadas ou sem educação, sujas e malvestidas.

Adriana Guzmán Arroyo, aimara feminista comunitária, se expressa assim num depoimento oral:

Para ter forças para enfrentar o sistema patriarcal, racista e neoliberal foi importante para nós nos reconhecermos como aimaras. Isso significou darmos conta que [a colonialidade] tinha nos ocultado os espelhos. A primeira coisa foi poder recuperar o olharmos no espelho, porque, por exemplo, a minha mãe sempre me falou que eu não era aimara, porque era bonita, era mais alta, e de pele mais clara e as mulheres aimaras sempre são feias, moreninhas e baixinhas. Isso me fazia pensar que se minha mãe era aimara como eu não o era, e então qual seria a minha identidade. Por isso é importante perceber que o patriarcado, o capitalismo e o colonialismo roubaram os nossos espelhos e

2. Existe uma versão ampliada deste mesmo livro editada no 2010 que está nas referências bibliográficas.

nos ocasionaram uma construção identitária falsa, confusa e embranquecida³.

Para recuperar os nossos espelhos é importante olhar para a nossa memória, para a nossa história indígena, para os nossos ancestrais e a partir de aí poder tomar os referentes para poder olharmos no espelho e construir as nossas identidades, como mulher, aimara, quéchua, guarani, etc., urbana ou rural, militante do feminismo comunitário (Paredes no mesmo vídeo). A memória serve para lutar, para poder se comparar com outras, a memória serve para ter testemunhas de que este sistema de opressão não existiu sempre. A memória ajuda na construção de sujeitas históricas e para assumir lugares de identidade política e não lugares de pureza étnica que prejudicam as lutas buscando só um olhar essencialista. É importante no momento presente desenvolver um olhar crítico a essas visões etnicistas que acabam colaborando com os enfoques e as visões sociais neoliberais, puristas, fundamentalistas e fascistas predominantes nas sociedades atuais.

A segunda categoria de nosso mapa conceitual corresponde aos *conhecimentos*. A perspectiva intercultural procura estimular o diálogo entre os diferentes conhecimentos, trabalha a tensão entre universalismo e relativismo no plano epistemológico, assumindo as tensões e conflitos que emergem deste debate. Reconhece o conhecimento ocidental constituído por conceitos, ideias e reflexões sistemáticas que têm vínculos com as diferentes ciências, considerados normalmente como universais e científicos e que apresentam um caráter monocultural. Mas também, uma educação decolonial e intercultural se institui como um princípio que orienta pensamentos, ações e novos enfoques epistêmicos, e que, além de denunciar o epistemicídio, deixa em evidência e reconhece essas outras formas de produção epistêmica de resistência, de insurgência e de produção de alternativas ao capitalismo, ao patriarcalismo e ao colonialismo globais.

Além do conceito *território-corpo terra* (Capnal, 2010) desenvolvido pelas feministas comunitárias que já apresentamos e que consideramos que contribui para o desenvolvimento de novas epistemes, neste ponto, destacaremos outros considerados essenciais para a compreensão da construção desses conhecimentos outros.

O feminismo comunitário indígena reconhece que historicamente existiu uma *articulação patriarcal* entre o patriarcado pré-colonial e o ocidental. Assume que as relações injustas entre homens e mulheres já existiam antes da colônia nas culturas e sociedades pré-coloniais, que não é só uma herança colonial. A decolonialidade do gênero, nesse sentido, significa recuperar a memória das lutas das tataravós contra um patriarcado instaurado antes da invasão colonial. Para estas visões, o patriarcado precede à colonização. Paredes (2008 p. 7) afirma que atualmente descolonizar e desneoliberalizar o gênero exige simultaneamente situá-lo geográfica e culturalmente nas relações de poder internacionais estabelecidas entre o Norte rico e o Sul empobrecido, e questionar profundamente às mulheres do Norte rico e a sua cumplicidade com o patriarcado internacional. Porque o feminismo ocidental tem conquistado direitos à custa de continuar produzindo as desigualdades das mulheres no Sul, sem questionar e olhar criticamente essas estruturas de poder e dominação estabelecidas na globalização atual capitalista.

Por essa razão considera importante promover uma ruptura epistemológica com o feminismo ocidental, que, segundo a sua própria visão, responde às necessidades das mulheres em suas próprias sociedades nortecêntricas nas quais desenvolveram lutas e construções teóricas pretendendo explicar a própria situação de subordinação. No entanto, a instauração no mundo globalizado de relações coloniais, imperialistas e transnacionais converteu essas teorias em hegemônicas, invisibilizando outras realidades e outras contribuições realizadas desde outros lugares de enunciação epistêmica.

O ponto de partida do feminismo indígena comunitário está na sua própria definição de feminismo considerado como: *a luta e a proposta política de vida de qualquer mulher em qualquer lugar do mundo, em qualquer etapa da história que se tenha rebelado diante o patriarcado que a oprime (p. 7)*.

Esta definição permite a elas se reconhecerem como filhas e netas de suas próprias tataravós aimarás, quéchuas, guaranis, rebeldes e antipatriarcais, mas também as coloca como irmãs de outras feministas no mundo, e as posiciona politicamente frente ao feminismo hegemônico ocidental. Considerado o

3. <https://www.youtube.com/watch?v=Rt0LvNTS4ul> acessado em 25/6/2016

feminismo ocidental que nasce na revolução francesa com a fundação da república, a democracia e o Estado moderno, para responder a uma sociedade liberal e burguesa que afirma os direitos individuais e a cidadania dos homens burgueses, mas não das mulheres burguesas. Este feminismo coloca ante a afirmação do indivíduo burguês duas formas de afirmação individual e reivindicação de direitos e cidadania das mulheres, dando origem ao que atualmente conhecemos como feminismo da igualdade e feminismo da diferença. Expressados nas lutas pela conquista de direitos e reivindicações nos diferentes momentos históricos enfatizando os binários próprios do pensamento ocidentais como, a mulher igual ao homem, ou a mulher diferente do homem.

Segundo Paredes, elas não partem desse “parar-se frente ao homem” porque consideram que nas relações transnacionais, globalizadas, capitalista, neoliberais, racistas, de desigualdade norte-sul, não podem falar só desse momento, já que a mesma mulher que se colocou frente ao homem francês, usufruiu dos benefícios das colônias francesas na África, e nessa situação não se manifestaram como feministas. Também o feminismo ocidental não tem se preocupado com a situação das mulheres migrantes, ou das mulheres de classe popular, e muito menos segundo a autora das mulheres indígenas. Só mais recentemente começaram a ser trabalhados esses recortes que dão origem aos movimentos sociais atravessados por pertencimentos étnicos, de classe, gênero, identificação sexual, etc.

Frente a essa situação do feminismo ocidental, segundo Paredes, o que faz o feminismo comunitário é repensar criticamente esse paradigma e construir desde os corpos das mulheres, mas posicionando no imaginário e na utopia, o homem ao lado da mulher. Mas não a qualquer homem, ao homem da comunidade, das comunidades desde uma visão epistêmica indígena. Entender que ambos têm digni-

dade, que se estabelece por uma relação de reciprocidade e irmandade, que têm lutas comuns, que têm uma comunidade, que não é a luta entre o homem e a mulher, mas sim a luta conjunta contra o racismo, o colonialismo, o fascismo, o neoliberalismo e a heteronormatividade⁴.

A proposta epistêmica do feminismo comunitário parte da comunidade⁵ como princípio inclusivo que cuida da vida, como um lugar de identidade comum, onde mulher e homem se consideram irmãos, o que dá um sentido de igual dignidade e de horizontalidade como ponto de partida. A figura que usam é a da comparação da comunidade como um corpo, que não pode ser partido e colocado um pedaço frente ao outro. Uma parte do corpo corresponde aos homens e a outra às mulheres, cada um com as suas funções com uma concepção de paridade filosófica, frente ao mundo e frente ao sistema de dominação que oprime de diferentes maneiras, mas oprime tanto aos homens como às mulheres. Pelo poder patriarcal e pelo machismo o homem deixa de ser irmão e se transforma em opressor, dominador. A proposta do feminismo comunitário é a construção e defesa dos direitos especialmente das mulheres, mas também dos homens, lado a lado, promovendo uma visão de horizontalidade e reciprocidade, e não frente a frente com uma visão de poder desigual e hierarquizado. Reconceitualizam criticamente o que nas culturas indígenas se chama o par complementar o chacha-warmi (homem-mulher)⁶ considerado por elas com um enfoque patriarcal e machista, que coloca aos homens hierarquicamente a cima e as mulheres subordinadas aos homens. Essa visão machista e patriarcal não reconhece a situação real das mulheres indígenas, não incorpora a denúncia do gênero na comunidade e naturaliza a discriminação, significando a construção da subalternidade feminina e a exploração da força de trabalho das mulheres. O feminismo comunitário desconstrói criticamente este enfoque do chacha-warmi e o propõe como um par

4. http://www.americlatinagenera.org/es/index.php?option=com_content&view=article&id=1218&Itemid=388 Acessado em 24/6/2016.

5. Comunidade abrange em sua compreensão e sentido de todo tipo de comunidades, não só as comunidades indígenas ou rurais. Nesta epistemologia é outra forma de entender a vida e a organização social, chegando a propor a organização social e política como uma comunidade de comunidades, em referência ao que ocidentalmente se pensa como o Estado-nação, ou plurinacional e pluriétnico.

6. O par complementar se refere a homem-mulher não a um casal heterossexual. É importante visualizar a diferença porque na visão atual nas comunidades reprodutoras do machismo e do patriarcado o chacha-warmi confusamente e sem sentido crítico se aplica na prática a que quando se escolhe uma autoridade para a comunidade se escolhe o homem, mas se este homem é um casal heterossexual automaticamente vai a sua mulher junto, mas a mulher não foi escolhida por ninguém, isso faz com que a sua representação não tenha força nem legitimidade (PAREDES, J. Hilando Fino desde el Feminismo Comunitario, 2008, p. 9).

complementário de iguais *warmi-chacha*⁷, mulher-homem, sem hierarquias, harmônico e recíproco, par de presença, existência, representação e decisão, para enfrentar e desconstruir o machismo, o sexismo, o racismo e a colonialidade.

A proposta do feminismo comunitário compreende campos de ação e lutas como categorias para a ação política de fortalecimento das organizações de mulheres. Estes campos de ação e luta política permitem transformar as condições materiais da subordinação e exploração das mulheres em suas comunidades e sociedades. O marco conceitual deste enfoque articula os conceitos e as categorias numa relação dinâmica que permite entender os processos de mudança como uma combinação imprescindível de cinco aspectos da vida, considerados como válidos para todas as mulheres que devem ser realizados conjuntamente. É um marco conceitual dinâmico e interativo, que está sendo permanentemente nutrido pelas próprias mulheres, porque abre a possibilidade de apropriação e construção por parte das mulheres de diferentes organizações sociais para alimentar as lutas de acordo com suas próprias realidades e contextos (Paredes, 2008 p. 11).

Os cinco conceitos e categorias que articulam a proposta são: o corpo, o espaço, o tempo, o movimento (organizações e propostas políticas) e a memória. Nos referiremos brevemente a cada um deles. A autora também coloca uma lista de possíveis intervenções sociais em cada categoria que podem traduzir e servir como indicadores de realização para as comunidades ou para diferentes âmbitos das políticas locais e nacionais. Este aspecto corresponde à categoria de *políticas públicas* do mapa conceitual do GECEC que temos como referência para uma educação intercultural e o retomaremos quando abordarmos essa categoria.

O corpo: é a forma de existir de cada ser humana/o, o corpo que cada uma e cada um tem no mundo e nas relações sociais que o mundo tem constituído antes de que cada um/a chegue a ele. Como mulheres, o primeiro que se quer evidenciar é que nossos corpos são sexuados, isso está na base do conceito mesmo de nossos corpos, sobre essa base vem posteriormente as outras diferenças e diversidades, como as cores da pele, a estatura, consistência física (peso), etc. Se entende aqui as características que fazem as distintas raças, etnias e povos da hu-

manidade. Nossos corpos tem a pele como o limite individual e levantamos fronteiras quando assim o decidimos, por exemplo frente à violência do racismo, da discriminação, da colonialidade. Queremos colocar o corpo para fazer movimentos sociais e políticos que recolham nossas propostas e juntem nossos sonhos e esperanças (p. 12).

O espaço: se entende o espaço como um *campo vital* para que o corpo se desenvolva. O espaço é onde a vida se move e se promove. O espaço compreende o tangível como o espaço onde se desenvolve a vida da pessoa, a casa, a terra, a escola, a rua, entendidos alguns como espaços da vida pública e outros da vida privada. Mas o espaço também compreende o intangível, como o espaço político, o espaço cultural e, ainda, como o espaço onde se tecem as decisões políticas, se imaginam, se criam e se desenvolvem.

Para estas visões culturais e epistemes, o espaço é considerado, como já referimos, como um recipiente de vida com dois envolventes, o envolvente vertical e o horizontal. O espaço não é só a extensão horizontal do chão, da terra ou do território. Tem outra extensão para cima e para baixo, o envolvente vertical que recolhe três lugares verticalmente situados: o em cima (Alax Pacha), o aqui (Aka Pacha) e o embaixo (Mancha Pacha). Este envolvente vertical, visualiza a complementariedade e a reciprocidade com a Mãe Terra e o Cosmos, e nos confronta com as responsabilidades que como comunidades aqui (agora, no momento presente) se tem com a sua harmonia e equilíbrio (p. 14).

A outra envolvente horizontal do espaço recolhe a extensão da terra e do território da comunidade. É neste espaço onde se luta pela recuperação e a defesa do território ancestral contra as licenças para a exploração extrativista mineira ou contra o empobrecimento e a violência contra as mulheres, geradas pelas políticas e governos neoliberais. O espaço no qual, segundo a feminista comunitária Lorena Cabnal do povo xinka da Guatemala,

O corpo se abraça com o “território terra”, o qual implica um lugar de significado e histórico onde habita a memória longa dos povos, um território de recuperação pela expropriação colonial, a usurpação de modelos organizativos impróprios, sua imposição mercantilista de propriedade privada, remetido a

7. Somos conscientes que, por uma questão de síntese, o enfoque pode ficar simplificado por isso remetemos para a leitura da obra de Julieta Paredes “Hilando Fino desde el Feminismo Comunitario” citada nas referências bibliográficas.

ser parte do estado-nação colonial, mas também em defesa ante o auge do neoliberalismo através das transnacionais extrativistas como outra nova forma de despojo, saque e ameaça da vida dos povos (citado por Gargallo Celentani, F. 2015 p. 165).

O tempo: é uma condição para a vida, porque a vida das pessoas se expressa no tempo, nas diferentes formas que toma o corpo e onde envelhecer nem sempre significa algo ruim. Mas também é uma medida útil para a percepção da vida das mulheres e seu desenvolvimento em relação à construção do viver bem, porque não só se tem que passar o tempo sofrendo e sendo infeliz. As culturas indígenas têm outras formas diferentes da forma ocidental lineal de medir o tempo, considerado fundamentalmente regido pela agricultura e a construção de um tempo circular.

As concepções de tempo no patriarcado consideram que o que ocupa o homem é o tempo valioso e o tempo histórico, e dificilmente na cultura hegemônica ocidental o homem aparece perdendo seu tempo. Enquanto o tempo das mulheres que envolve o cotidiano, no interior da casa e da família, é considerado como um tempo de menor valor, não importante e facilmente identificado com expressões como “as mulheres não fazem nada”, ou “as mulheres perdem o tempo”. No entendimento do feminismo comunitário, o tempo cotidiano e o tempo histórico são um *continuum* numa circularidade, são parte da vida que se alimenta, por isso, tanto um como o outro tem o mesmo valor.

O movimento: é uma das propriedades da vida que garante a subsistência, construindo organização e proposta social. O movimento permite construir o corpo social das mulheres, um corpo comum que luta pela vida e para viver bem. Esta categoria política permite que as mulheres se apropriem de seus sonhos e se responsabilizem de suas ações políticas como mulheres. O movimento garante que os direitos conquistados não acabem sendo instituições pesadas que afoquem as utopias pelas quais lutam. O movimento situa a comunidade em relação com as relações de poder e as possibilidades de fazer realidade suas decisões, fios que, com táticas e estratégias, as mulheres da comunidade vão enlaçando (p. 16).

A memória: esta categoria é entendida como as raízes de onde se vem que são únicas e são a força e a energia que constrói a identidade desde antes de nascer. Desde as mulheres se entende a memória como o correr desde tempos ancestrais detrás de utopias, tendo experimentado também nesse caminho frustrações e suces-

os que constituem a matéria, a seiva das raízes de onde se vem. Tem que se despatriarcalizar a memória e reconhecer que houve um patriarcado pré-colonial e que a situação de opressão e subalternidade das mulheres não foi só a partir da colônia e a chegada dos espanhóis. O conceito de memória longa, usado no indigenismo, remete acriticamente à época pré-colonial, como algo idílico, um mundo quase perfeito para as mulheres. Mas esta memória é interessada segundo Paredes, porque traz o orgulho e a dignidade de ser pessoas pertencentes a povos com culturas e conquistas como outros povos, mas por sua vez também é uma memória seletiva no momento que não reconhece a existência de patriarcalismos, opressões, autoritarismos e injustiças herdadas da conquista espanhola, mas que também já estavam presentes nas sociedades pré-coloniais. A memória permite recolher as lutas das tataravós, das mulheres rebeldes e das resistências contra o patriarcado e nos impulsiona para manter as lutas atuais do feminismo comunitário (p. 17). É um espaço de tecido na prática do pedagógico e do decolonial (Walsh 2013 p. 26).

Como já mencionamos, estas cinco categorias compõem e articulam a base conceitual do feminismo indígena comunitário. Consideramos que se trata de uma construção epistemológica decolonial e despatriarcal desde o Sul que contribui para a educação intercultural.

A terceira categoria do mapa conceitual do GECEC corresponde às *políticas públicas*, e aponta para as relações dos processos educativos e o contexto político-social no qual se inserem. A perspectiva intercultural reconhece os diferentes movimentos sociais que vêm se organizando, se afirmando e se visibilizando em torno de questões identitárias, defende a articulação entre políticas de reconhecimento e de redistribuição, não desvinculando as questões socioeconômicas das culturais e apoia processos de construção democrática que atravessam todas as relações sociais, do micro ao macro, na perspectiva de uma democracia intercultural.

Desde a perspectiva do feminismo comunitário, faremos referência a algumas possíveis intervenções sociais colocadas como indicadores de implementação de políticas públicas em relação com as mulheres. Estão organizadas também a partir dos cinco componentes já referidos.

Para o corpo: saúde; não violência; comer bem; segurança alimentar; informação e conhecimentos;

prazer e sexualidade sem violência; reconhecimento das belezas indígenas; vestir-se de acordo com o gosto de cada uma; não discriminação e não racismo; representação política com seus corpos de mulheres; livre maternidade; não ter medo de se assumir como lésbica, entre outros.

Para o espaço: terra e território; moradia; espaço na rua; espaço político; espaço para recreação; recursos naturais; espaço para produção econômica; créditos para a produção.

Em relação com o tempo: compartilhar o trabalho doméstico; monetarizar e valorizar economicamente o trabalho doméstico; tempo para estudar, para cuidar da saúde, para a maternidade, espaço para o descanso; tempo para a participação política.

Para o movimento: organizações próprias; garantia de direitos; diferentes formas organizativas; representação e autorepresentação; alianças entre organizações de mulheres; complementariedade horizontal entre as mulheres; alianças com outros movimentos sociais.

Para a memória: sabedoria das mulheres; participação nos rituais; participação na educação; pesquisa pré-colonial; recuperação das línguas originárias desde as mulheres; direito a estudar para escrever e criar conhecimentos.

A quarta categoria do mapa conceitual corresponde às *práticas socioeducativas* referidas à interculturalidade, exige colocar em questão as dinâmicas habituais dos processos educativos, muitas vezes padronizadores e uniformes, desvinculados dos contextos socioculturais dos sujeitos que neles participam. Entendemos junto com Walsh (2013 p. 28) como a pedagogia e as práticas socioeducativas que abrem caminhos e condições radicalmente outros de pensamento, (re)insurgência, levantamentos e edificação, práticas entendidas pedagogicamente -práticas como pedagogias- que, por sua vez, nos fazem questionar e desafiar a razão única da modernidade ocidental e o poder colonial ainda presente, desprendendo-se deles.

Tendo presente que o feminismo comunitário é um movimento social, seu espaço educativo, de construção e de luta fundamental, é a rua, mas também as comunidades.

Segundo Paredes, o primeiro ponto de partida da metodologia que implementam é o conhecimento e a consciência do corpo. Não são mulheres brancas, são mulheres empobrecidas pelo capitalismo e o neoliberalismo, são mulheres aimaras, quéchuas, guarani, etc., heterossexuais, lésbicas ou transgêneras, mulheres revolucionárias, mulheres do processo de mudança na Bolívia.

Quando começamos a olhar e ver desde nosso próprio corpo, e começamos a fazer política desde o nosso corpo, nos encontramos no entronque patriarcal. Não é igual ser feminista comunitária que ser feminista em Nova York, ou numa oficina da ONU Mulheres.

A revolução contra o sistema em última instância se define sobre o corpo das mulheres. Desde o feminismo comunitário estamos dizendo que se as outras revoluções têm fracassado, que se o sistema patriarcal volta, tem sido porque não se tem levado em consideração a metade de cada povo que somos as mulheres. Os atores das revoluções eram os homens, não a comunidade. Por isso, nunca há mudança⁸.

Segundo a definição delas próprias, trabalham com uma metodologia descolonizadora, despatriarcalizadora e desneoliberalizadora, com programas de oficinas pedagógicas e encontros nas comunidades rurais e urbanas, conjuntamente com mulheres e homens e em espaços específicos para cada um. A medida do feminismo comunitário são as lutas e a memória de mulheres e de homens da comunidade e as lutas atuais, especialmente presentes na Bolívia, com as propostas políticas dos últimos anos. Consideram que

Estão revolucionando teórica, política e conceitualmente, e também nas práticas e no esboço da aspiração que tem: revolucionar o mundo a partir das mulheres, de nós conosco. Não é apoiar aos companheiros homens em sua revolução e lhes dar papezinhos com nossas demandas para que as incluam. Nós montamos a plataforma de luta onde estão compreendidos os companheiros homens e as pessoas intersexuais (Paredes, 2016 p. 1).

O tecido de Aby Yala continua....

É importante destacar, sem ter a intenção de concluir, porque este é um tecido aberto que continua, que a interculturalidade representa processos dinâmicos

8. <http://www.democraciaglobal.org/noticias/795-feminismo-comunitario-latinoamericano-la-naturaleza-no-es-una-teta-infinita>
Acessado em 4/7/2016.

em várias direções, cheios de criatividade e tensões, em permanente construção. Processos arraigados nas brechas culturais atuais, caracterizados como já foi destacado por questões de poder, epistemológicas e por grandes desigualdades sociais, políticas e econômicas. Este talvez seja o maior desafio da interculturalidade e também da educação intercultural, não ocultar as desigualdades, as contradições e os conflitos das sociedades atuais, e sim trabalhar com e intervir neles buscando a construção de novos paradigmas outros decoloniais, antipatriarcais, antirracistas que construam formas organizativas que levem em consideração a riqueza das culturas de Abya Yala.

Reconhecemos, junto com Candau, que neste tecido

A interculturalidade crítica quer ser uma proposta epistemológica, ética e política orientada à construção de sociedades democráticas que articulem igualdade e reconhecimento das diferenças culturais, assim como a propor alternativas ao caráter monocultural e ocidentalizante dominante na maioria dos países do continente (2016 p. 10).

Nesse sentido também temos sintonia com a perspectiva de Sousa Santos (2007 p. 13), que afirma que, quando atualmente olhamos a realidade mundial e a do continente, bem como as transformações que se realizam, é possível que possamos confirmar que não precisamos de alternativas transformadoras, mas sim que é necessário um pensamento alternativo sobre as alternativas, porque nossas lentes e conceitos não são capazes de captar toda a riqueza das experiências emancipatórias que já estão ocorrendo no mundo e, em especial, na América Latina e no Caribe. É importante estarmos atentos à diversidade do mundo que é inesgotável e aprender com o Sul.

Como já afirmamos, consideramos que os enfoques, propostas e lutas dos feminismos indígenas comunitários são contribuições desde o Sul, desde as terras de Abya Yala que se situam desde as brechas decolonias, segundo a perspectiva assumida neste texto e que afirmamos, junto com Walsh (2016), que

As brechas se transformam no lugar e no espaço a partir do qual a ação, a militância, resistência, insurgência e transgressão são impulsionadas, onde as alianças se constroem, e surge um modo-outra que se inventa, cria e constrói (p. 72).

A última linha deste tecido das mulheres feministas comunitárias de Abya Yala é colocada por Julieta Paredes, quando nos compartilha o sentido e entendimento da utopia:

Que possamos construir desde os nossos corpos de mulheres uma proposta de sociedade na qual recuperemos a comunidade, para superar o individualismo que nos tem imposto o patriarcado, cujo desenvolvimento tem sido neoliberal e que agora não pode ser reciclado. Que façamos essa transformação desde os nossos corpos de mulheres, onde as mulheres e os homens ou como cada quem queira se chamar, vivamos felizes em harmonia e já não tenhamos necessidade do feminismo. Porque o feminismo tem de ser algo histórico, algo que tem que terminar, já que é uma luta contra um sistema de opressão e, portanto, o fim do feminismo significaria que temos derrotado o patriarcado. Gostaria que tenhamos então a comunidade da heterogeneidade, a comunidade das mulheres, dos homens e da mãe natureza⁹.

Referências Bibliográficas

CABNAL, L. Acercamiento a la construcción del pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala. In: *Feminismos diversos: el feminismo comunitario*. España: ACSUR – Las Segovias, 2010.

CANAU, V. M. (org.). *Interculturalizar, descolonizar, democratizar: uma educação “outra”?* Rio de Janeiro: 7 Letras, 2016.

_____. *Educação Intercultural e Práticas Pedagógicas. Documento de trabalho*. Rio de Janeiro: GECEC, 2013.

CASTRO-GÓMEZ, S. Y GROSFUGUEL, R. (edit.). *El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre editores, 2007.

GARGALLO CELENTANI, F. *Feminismos desde Abya Yala. Ideas y proposiciones de las mujeres de 607 pueblos en nuestra América*. Bogotá: Ediciones Desde Abajo, 2015.

GUZMÁN ARROYO, A. Y PAREDES, J. La propuesta política del feminismo comunitario. <https://www.youtube.com/watch?v=Rt0LvNTS4uI> Acessado em 25/6/2016

9. http://www.americalatinagenera.org/es/index.php?option=com_content&view=article&id=1218&Itemid=388 Acessado em 4/7/2016.

NOVACK, J. *Conocimiento y aprendizaje. Los mapas conceptuales como herramientas facilitadoras para escuelas y empresas*. España: Alianza Editorial, 1998.

PAREDES, J. *O feminismo comunitário é uma provocação, queremos revolucionar tudo*. <https://gz.diarioliberalidade.org/america-latina/item/12022-o-feminismo-comunitario-e-uma-provacao-queremos-revolucionar-tudo.html> Acessado em 20/6/2016

_____. *Feminismo comunitário*. <https://www.youtube.com/watch?v=NrivDMI1qDU> Acessado em 25/6/2016

_____. *Hilando Fino Desde el Feminismo Comunitário. 2008-2010*. <https://sjlatinoamerica.files.wordpress.com/2013/06/paredes-julieta-hilando-fino-desde-el-feminismo-comunitario.pdf>

_____. Entrevista sobre el feminismo comunitario. <http://www.minmujer.gov.ve/?q=articulos/mujer-opina/julieta-paredes-feminismo-comunitario> Acessado em 20/6/2016

_____. Entrevista. In: *Feminismos en Latinoamérica*. http://www.americaingenera.org/es/index.php?option=com_content&view=article&id=1218&Itemid=388 Acessado em 24/6/2016

_____. *Feminismo comunitário latinoamericano: la naturaleza no es una teta infinita*. <http://www.democraciaglobal.org/noticias/795-feminismo-comunitario-latinoamericano-la-naturaleza-no-es-una-teta-infinita> Acessado em 4/7/2016

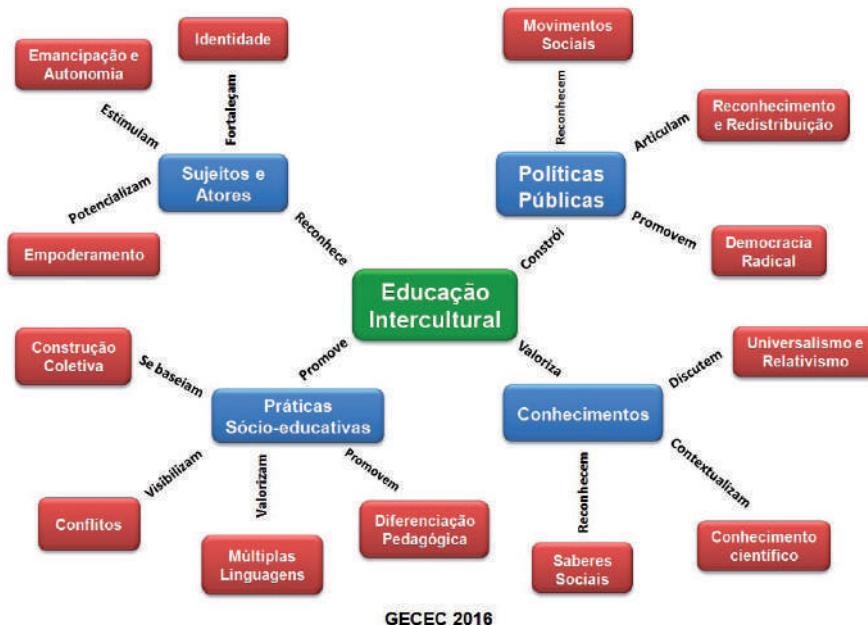
_____. *Renovar a Teoria Crítica e Reinventar a Emancipação Social*. São Paulo: Boitempo, 2007.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: CLACSO. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

_____. *Lo Pedagógico y lo Decolonial. Entretejiendo caminos*. In: WALSH, C. (ed.) *Pedagogías Decoloniales: Prácticas insurgentes de resistir; (re)existir y (re)vivir*. (Tomo I), Quito: Ediciones Abya-Yala, 2013.

_____. *Interculturalidad crítica/pedagogía de-colonial*. In: *Memorias del Seminario Internacional Diversidad, interculturalidad y construcción de ciudad*. Bogotá: Universidad Pedagógica Nacional, 2007.

Anexo 1. Educação intercultural. Mapa Conceitual



GECEC 2016

Artículo recibido: 11 de agosto de 2016 . Aprobado: 16 de noviembre de 2016